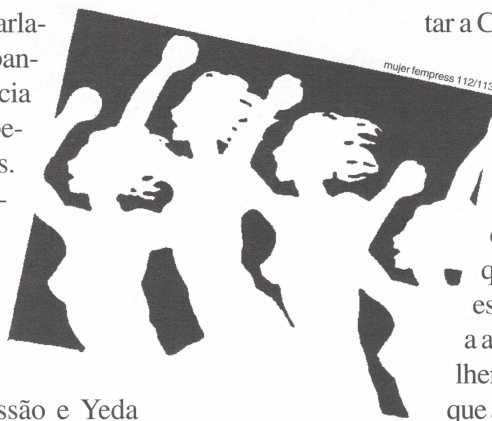


As mulheres no legislativo

Apesar da redução no número de parlamentares mulheres após as eleições, a bancada feminina no Congresso Nacional inicia a nova legislatura dando provas de competência e comemorando conquistas inéditas. Os destaques nas lideranças ficam por conta da senadora Marina Silva (PT/AC), líder do bloco de oposição no Senado, e da deputada Luiza Erundina (PSB/SP), líder do bloco PSB/PC do B). Emília Fernandes (PDT-RS), primeira senadora a assumir a presidência de uma Comissão e Yeda Crusius (PSDB-RS), primeira deputada a presidir a Comissão de Finanças e Tributação também marcam posição. Sem con-



tar a Comissão de Educação da Câmara, que tem toda a mesa composta por mulheres.

Segundo as parlamentares, há muitas dificuldades a enfrentar, mas as atuações competentes costumam ser reconhecidas. Quanto a preconceitos e discriminação, as opiniões se dividem. No entanto, os que acreditam na igualdade de tratamento esbarram num argumento quase irrefutável: a ainda desigual distribuição de homens e mulheres nas escalas de poder. Já os que crêem que a mulher ainda enfrenta discriminação apontam para uma questão cultural: os valores e a educação da maioria dos brasileiros ainda são muito machistas. (Págs. 8 e 9)

Ministro da Justiça recebe Anteprojeto do Código Penal



Ministro do STJ Luiz Vicente Cernicchiaro (D) entrega o Anteprojeto do Código Penal ao Ministro da Justiça Renan Calheiros (E)

A Comissão revisora do anteprojeto do Código Penal entregou o relatório final do trabalho ao ministro da Justiça, Renan Calheiros, no dia 8 de abril. Discutido nos últimos dois anos, o projeto segue agora para o Congresso Nacional, onde deverá ser analisado por uma comissão especial antes de ir a plenário. Embora tenha apoio oficial do governo, a aprovação no Congresso não é certa. Em relação aos assuntos de interesse da mulher, um dos itens mais polêmicos é a ampliação das possibilidades de aborto, que enfrenta oposição dos parlamentares ligados à Igreja. (Pág. 2)

Deputado Talvane Albuquerque é cassado na Câmara

A Câmara dos Deputados cassou o mandato do deputado Talvane Albuquerque, de Alagoas, por falta de decoro parlamentar no dia 7 de abril. Com a cassação, o congressista perde os direitos políticos pelos próximos oito anos e a imunidade parlamentar, podendo ser indiciado criminalmente pelo assassinato da deputada Ceci Cunha (PSDB-AL), ocorrido no dia 16 de dezembro passado. O inquérito da polícia alagoana concluiu que o deputado foi o mandante do crime, executado por três de seus assessores. Os acusados podem ser condenados a até 30 anos de prisão por homicídio qualificado. (Pág. 5)



3 Mulher e Mídia

4 Projetos de Lei

6 Dia da Mulher

Editorial

No centro do poder nacional, onde estão as mulheres? O que significa ser líder de um partido, presidente de uma comissão, compor uma mesa diretora, etc? Neste Fêmea procuramos entender um pouco melhor as posições de poder que mulheres vêm ocupando dentro do Congresso Nacional.

Mas o que significa afinal ter mulheres nessas posições? Isso é necessariamente bom? Para quem luta pela equidade de gênero, sem dúvida que é. Sabemos que não é por *ser mulher* que uma líder será mais democrática ou uma presidente irá priorizar projetos de interesse do movimento feminista. Essas atitudes dependem muito mais de outros fatores do que do marcador de gênero. Mas o fato de se ter uma mulher em posição de poder, tradicionalmente ocupada por homens, já traz em si o questionamento de valores e práticas marcados pela desigualdade de gênero. E nós sabemos o quanto ainda é comum, em diferentes espaços sociais, que uma maioria de participantes mulheres escolha homens para assumir posições de representação e decisão. Isso se reflete inclusive nas eleições para o legislativo. Não é demais lembrar que, apesar da lei de cotas, a população elegeu apenas 6% de mulheres para o Congresso Nacional.

Mas as desigualdades de gênero não estão apenas nos postos de poder. A luta por uma legislação mais justa e que assegure políticas públicas de atendimento aos dramas vividos dia a dia por milhares de mulheres teve neste mês um momento importante: a entrega oficial ao ministro da justiça da proposta de novo código penal, elaborada por uma comissão de notáveis. A proposta, com avanços em relação aos direitos das mulheres, segue agora para o Congresso Nacional, ou sob forma de um único pacote, ou aos poucos, título por título. Se isso acontecer, temas polêmicos, como o aborto legal, sofrerão uma resistência muito maior dentro do Congresso, pois estarão sendo discutidos separadamente. Continuaremos de olho.

Ministério da Justiça recebe anteprojeto do Código Penal



Solenidade de entrega do Anteprojeto do Código Penal

No dia 8 de abril a Comissão revisora do anteprojeto do Código Penal entregou o relatório final do trabalho ao Ministro da Justiça, Renan Calheiros. O projeto foi discutido durante 2 anos, tem 413 artigos e 16 títulos. O relatório vai ser remetido, agora, ao Congresso Nacional. O deputado federal Eduardo Jorge (PT-SP), lembra que a aprovação do anteprojeto, principalmente em relação às questões polêmicas, depende de vontade política do Congresso. O anteprojeto, segundo ele, já vai chegar ao Legislativo com apoio oficial do Governo, mas a aprovação não é certa. "Esse apoio ajuda mas não define", destaca Eduardo Jorge.

Em relação aos assuntos de interesse da mulher, um dos itens mais polêmicos do projeto é a ampliação das possibilidades de aborto, que enfrenta oposição dos parlamentares ligados à Igreja. A proposta da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que defendia a proibição total do aborto foi rejeitada pela Comissão.

Hoje o Código Penal permite a realização do aborto em caso de risco de vida da gestante ou quando a gravidez é resultante de estupro. O anteprojeto troca a palavra estupro por "crime con-

tra a liberdade sexual" que abrange qualquer relação sexual realizada contra a vontade da mulher. O novo Código também permite o aborto "quando há fundada possibilidade, atestada por 2 médicos, de o nascituro apresentar graves e irreversíveis anomalias que o tornem inviável". Isso significa que, nesse caso, fica eliminada a chance do nascituro sobreviver. O projeto não permite o aborto em caso de deficiência física ou outras doenças que não prejudiquem o nascimento da criança, como por exemplo a síndrome de Down. Outro tema de interesse das mulheres que está no anteprojeto é o caso de assédio sexual. O assédio passa a ser considerado crime. Pelo novo Código "assediar alguém, com violação do dever do cargo, ministério ou profissão exigindo, direta ou indiretamente, prestação de favores sexuais", resultará em pena de detenção de 6 meses a 2 anos ou multa.

Segundo o especialista em medicina fetal e obstetra de Recife, Dr. Eugênio Pita Tavares, o novo código vai facilitar a vida do médico que realiza cirurgia de aborto legal. "Com o respaldo da lei, o médico sofrerá menos preconceito", afirma ele. ☒



CFEMEA
CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS
E ASSESSORIA

SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602, Ed. Venâncio 3000,
70718-900, Brasília-DF - Brasil
Telefone: (061) 328-1664 - Fax: (061) 328-2336
E-Mail: cfemea@cfemea.org.br

Home Page: <http://www.cfemea.org.br>

Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA

Equipe Responsável: Guacira César de Oliveira, Malô Simões Lopes e Almira Correia de Caldas Rodrigues.

Conselho Consultivo: Parlamentares: Deputadas Fátima Pelaes, Jandira Feghali, Laura Carneiro, Luci Choinacki, Maria Elvira, Rita Camata, Zulaiê Cobra. Deputados Eduardo Jorge, Fernando Gabeira, José Genoíno, Miro Teixeira, Paulo Paim. Senadora Emília Fernandes. Senadores Ademir Andrade, Lúcio Alcântara, Roberto Freire.

Feministas: Albertina Costa, Ana Alice Alcântara Costa, Ana Maria Rattes, Elizabete Oliveira Barreiros, Fátima Oliveira, Florisa Verucci, Heleieth Saffioti, Jacqueline Pitangui, Leilah Borges Costa, Luiza Bairos, Marah Régia,

Margareth Arilha, Maria Amélia Teles, Maria Aparecida Schumacher, Maria Berenice G. Delgado, Maria Helena Silva, Nair Goulart, Sônia Correia, Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas: Álvaro Villaça, Denise Dourado Dora, Elizabeth Garcez, Leila Linhares, Maria Bethânia Melo Ávila, Paola Cappellin Giuliane, Sílvia Pimentel, Vera Soares

Equipe CFEMEA: Adriano Fernandez Cavalcante, Almira Correia de Caldas Rodrigues, Cláudia Almeida Teixeira, Cosmo Ribeiro de Sousa, Daniel Schroeter Simião, Dyana Yzabel Azevedo Dias, Edna Maria Cristina Santos, Eliana Magalhães Graça, Glaci do Carmo Bren de Andrade, Guacira César de Oliveira, Juliana dos Santos Costa, Malô Simões Lopes, Mirla de Oliveira Maciel, Sônia Malheiros Miguel.

Assessores(as) Parlamentares: Daniel Schroeter Simião, Dyana Yzabel Azevedo Dias, Eliana Magalhães Graça

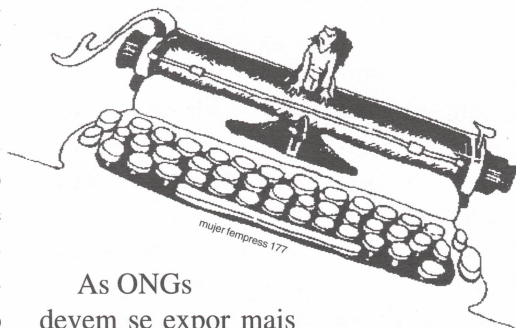
Jornalista Responsável: Edna Maria Cristina Santos
Composição e Arte Final: Adriano Fernandez Cavalcante
Impressão: Athalaia Gráfica e Editora Ltda - Brasília-DF
Apoio: Fundação Ford, Fundação MacArthur e FNUAP.
Impressão: 6.000 exemplares.



Mulher e mídia

O CFEMEA, a Rede Saúde e a União Brasileira de Mulheres promoveram nos dias 5 e 6 de abril, em Brasília, o seminário Mulher e Mídia. O evento contou com a participação de representantes do Movimento de Mulheres de Brasília e Goiás, jornalistas, da socióloga, especialista em pesquisa de opinião de SP, Fátima Jordão e da Coordenadora de Comunicação da Rede Saúde, Jacira Melo. Durante os dois dias foram abordadas as dificuldades e facilidades na relação entre a imprensa e o Movimento de Mulheres. Foi realizada ainda uma oficina de Mídia Advocacy sobre a reformulação do Código Penal (direito ao aborto). Fátima Jordão alertou para a importância do Movimento de Mulheres se capacitar para lidar com a mídia (ter mais contato com os jornalistas, saber quem é quem nas redações, organizar um arquivo de dados sobre temas de interesse da mulher, etc.). Acrescentou, ainda, que hoje é fundamental trabalhar nas ONGs com um conceito mais amplo de comunicação, que é o da co-

municação política. Para Fátima Jordão a divulgação de um trabalho de ONGs não deve se limitar a passar informações para os jornalistas através de uma assessoria de imprensa. Os assuntos têm que ser repassados dentro de um contexto político.



As ONGs devem se expor mais na mídia. Essa é a opinião do Coordenador do Núcleo da Globo News/DF, Roberto Borges. Para ele, as pautas que chegam das ONGs na redação sobre o tema mulher são aproveitadas, mas acha que o “olhar feminino” deve estar presente, também, em diferentes temas da vida nacional e não só em assuntos de interesse da mulher. “As mulheres podem se manifestar na Im-

prensa num contexto econômico, político. Numa CPI do Judiciário que virou polêmica no País, por que não as mulheres virarem fonte de informação ou serem interlocutoras de entrevista?”, questiona ele. Joana Plaza Pinto, do grupo Transas do Corpo, de Goiânia, chamou a atenção para o desconhecimento por parte de alguns jornalistas sobre os temas referentes à mulher. Maria Glória Silva, também do grupo Transas do Corpo, é da mesma opinião e acha que existe uma certa apatia da Imprensa em relação aos movimentos feministas. Regina Adami, do Movimento Negro, ressaltou a necessidade de se ter oficinas sobre mulher e mídia com mais frequência para que o Movimento tenha conhecimento de como chegar e lidar com a Imprensa. “É preciso que a gente entenda a lógica do outro para que possamos nos comunicar”, destacou Jacira Melo, da Rede Saúde, que organizou pela primeira vez o seminário Mulher e Mídia em São Paulo, em 1997 e pretende agora promover esses encontros em outros Estados.

O peso da pauta oficial

Vanda Célia

As notícias produzidas a partir de Brasília, fortemente influenciadas pela pauta oficial, ocupam o maior espaço da mídia no país. É fácil constatar que o presidente Fernando Henrique, ministros, secretários de Estado, deputados, senadores e diretores do Banco Central são, de longe, os mais fotografados, os mais assediados. À eficiência dos profissionais das sucursais em Brasília, soma-se o interesse de todas as empresas de comunicação nas verbas publicitárias oficiais e o resultado são jornais com até 70% do espaço de noticiário dedicado às autoridades que formam o núcleo do poder formal.

O generoso espaço oficial não é novidade. O diabo é que o problema agravou-se nos últimos dez anos com a quase extinção dos correspondentes de grandes jornais nos estados e grandes regiões como o Norte e o Nordeste. No ano passado, todos os grandes jornais publicaram foto da agência internacional Reuters sobre o incêndio que destruiu um pedaço da Amazônia em Roraima. A Reuters chegou antes ao incêndio. Só depois, jornalistas daqui foram deslocados para o estado do extremo Norte.

Falta interesse dos jornais para assuntos alheios ao dia-a-dia do governo e do Congresso. Quando se originam em Brasília, as notícias são divulgadas, ainda que não digam grande coisa, argumentam dez entre dez associações, sindicatos e organizações não-governamentais. Os mais pobres só seriam notícia quando protagonizam tragédias ou escândalos. Assuntos e idéias do interesse das minorias não entram sequer na

pauta, a não ser quando as autoridades buscam aparecer e extrair índices de popularidade em cima desses temas. A má notícia é que esse tipo de crítica aos meios de comunicação faz sentido. A boa notícia é que essa restrição faz parte das preocupações e angústias da maior parte dos jornalistas.

É recorrente nas redações a discussão sobre fórmulas de mudar a edição de notícias para incluir temas de interesse dos mais pobres e das minorias. As entidades também se movimentam. Na segunda, 5 de abril, dez organizações não-governamentais, à frente o CFEMEA, convidaram jornalistas de Brasília para discutir a participação da mulher na mídia. Conversas francas entre jornalistas e representantes dessas entidades civis podem ajudar na busca de mudanças. Elas parecem necessárias até sob o ponto de vista comercial. Quando abordam mulheres, negros e índios, os jornais e as revistas vendem mais. O contrário ocorre quando só se fixam no noticiário político, cada vez mais carente de reformas para reconquistar o interesse dos leitores.

Embora o caminho do entendimento pareça custoso para as entidades civis e a pauta oficial pese sobre os jornalistas, principalmente os de Brasília, o fato é que notícias boas e verdadeiras acabam se impondo no noticiário. Mesmo ao custo de ferir interesses ocasionais do Poder. Não custa, portanto, ser otimista a esse respeito. Ou, como diz Millôr Fernandes: “Nem a censura mais furiosa consegue impedir que os meninos nasçam com os pirulitos de fora”.

Vania Célia - Editora da revista *Época*, em Brasília.



Enquanto isso, no Congresso...

Como andam os projetos nesse começo de ano

Para entender o ritmo do Congresso nesses três primeiros meses é preciso levar em conta que este não é um ano qualquer. É um início de nova legislatura. Com as eleições de outubro passado, Câmara e Senado tiveram grande parte de seus quadros renovados. Essa renovação vem acompanhada de alguns procedimentos internos que tomam tempo dos parlamentares, como a eleição das novas mesas diretoras para a Câmara e o Senado, bem como dos novos membros das Comissões e das novas lideranças partidárias. Isso consumiu grande parte das articulações parlamentares em fevereiro e começo de março, o que reduziu bastante a velocidade de tramitação dos projetos. Além do que, sem as Comissões formadas nenhum projeto pode ser apreciado. De fato, até agora, muitas Comissões ainda não começaram a avaliar projetos, pois ainda estão escolhendo novos relatores para eles.

A bancada feminina se organiza

Apesar desse período atípico, a bancada feminina no Congresso demonstrou muita disposição para trabalhar em conjunto e já começou a se articular. Além de organizar a sessão solene de comemoração do 8 de março e promover um evento cultural no Salão Negro do Congresso, a bancada montou uma pauta de projetos prioritários que tramitavam na Câmara e no Senado (veja quadro). A definição dessa pauta foi importante para que esses projetos atravessassem logo esse período de transição e sua tramitação ganhasse visibilidade. As principais tarefas nesse sentido foram garantir que os projetos fossem desarquivados e articular suas votações em regime de urgência.

Isso é necessário porque no início de cada legislatura a maior parte dos projetos é arquivada. Na Câmara, por exemplo, só escapam do arquivamento aqueles originários do Senado ou que já tenham sido votados por todas as Comissões por onde deveriam passar e já estejam prontos para ir ao plenário. No Senado é preciso que o projeto já tenha sido votado em ao menos uma Comissão ou

que seja originário da Câmara. Além desses, só não são arquivados os projetos de iniciativa do poder executivo ou judiciário ou, ainda, os de iniciativa popular. Com isso, uma série de projetos importantes que o CFEMEA vinha acompanhando têm sua tramitação alterada. No Senado, todos os que foram arquivados precisam ser reapresentados, recomeçando a caminhar da estaca zero. Já, na Câmara, os parlamentares que foram reeleitos podem pedir o desarquivamento de seus projetos, fazendo com que eles prossigam do ponto em que pararam. É isso que aconteceu com a mai-

or parte dos projetos da pauta de prioridades da bancada feminina.

No mês de março, por exemplo, o PL 3769/97 da deputada Maria Elvira (PMDB/MG) foi desarquivado, teve seu pedido de urgência aprovado e, levado a plenário, foi votado e enviado ao Senado, onde foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais e aguarda votação em plenário. Este foi contudo, o único projeto daquela pauta a ser votado até o momento. O PL 3829/97, do deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), por exemplo, já foi desarquivado mas ainda aguarda designação de re-

Pauta de Prioridades da Bancada Feminina	
Projeto/Autoria	O que propõe?
PL 382/91 Deputada Rita Camata (PMDB/ES)	Cria mecanismos de estímulo e proteção à participação das mulheres no mercado de trabalho e coíbe sua discriminação
PL 2502/96 Deputado João Mendes (PPB/RJ)	Dobra o período de seguro desemprego para mulheres casadas ou mães de filhos menores de 21 anos
PL 3769/97 Deputada Maria Elvira (PMDB/MG)	Assegura a oferta de cirurgia plástica reparadora de mama na rede do SUS, nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer
PL 3829/97 Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP)	Assegura estabilidade provisória por 12 meses para o trabalhador cuja companheira estiver grávida
PLC 211/93 Deputado Carlos Cardinal (PDT/RS)	Estabelece que entidades com 30 ou mais empregados (homens ou mulheres) disponibilizem creche para os filhos de seus trabalhadores
PLS 235/95 Senadora Benedita da Silva (PT/RJ)	Define e criminaliza a prática de assédio sexual
PLC 026/96 Deputada Maria Laura (PT/DF)	Assegura indenização à companheira ou companheiro, no caso de acidente de trabalho ou de transporte, com morte do segurado da Previdência Social
PLS 133/99 Senadora Emília Fernandes (PDT/RS)	Reserva 20% dos recursos do SFH para financiamentos habitacionais para mulheres chefes de família.
PRS 25/98 Emília Fernandes (PDT/RS)	Institui o Diploma Mulher-Cidadã Berta Lutz, homenagem do Senado a mulheres que se destacam na luta por direitos

PL - Projeto de Lei (sigla utilizada na Câmara dos Deputados).

PLS - Projeto de Lei do Senado (sigla utilizada no Senado Federal).

PLC - Projeto de Lei da Câmara (sigla utilizada no Senado Federal).

PRS - Projeto de Resolução do Senado (sigla utilizada no Senado Federal).



lador na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Por outro lado, outros projetos da pauta já estavam com a tramitação tão avançada que sequer foram arquivados. É o caso do PL 382/91, da deputada Rita Camata (PMDB/ES). Uma antiga reivindicação do movimento de mulheres, o projeto já havia sido aprovado na Câmara, mas como sofreu emendas no Senado, está de volta à Casa de origem e aguarda agora a aprovação de um requerimento de urgência para poder ser votado em plenário. Caso semelhante é o do PLC 26/96, da ex-deputada Maria Laura (PT/DF), já aprovado na Câmara e aguardando votação no Senado. Caso não sofra nenhuma emenda, o projeto seguirá em seguida para sanção presidencial; caso contrário, volta para a Câmara. Outro projeto em fase final de tramitação é o PLS 235/95, da ex-senadora Benedita da Silva (PT/RJ), que não foi arquivado pois já havia sido aprovado em todas as Comissões. Contudo, como sofreu emendas no plenário do Senado, está agora de volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aguardando designação de relator. Outro projeto importante, mas que ficou de fora da pauta prioritária é o PL 1626/89 da ex-senadora Benedita da Silva, que regulamenta o trabalho doméstico, que não foi arquivado e está agora aguardando votação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Câmara. A votação ainda não ocorreu porque a Comissão esteve envolvida no processo de cassação do deputado Talvane Albuquerque, suspeito do assassinato da deputada Ceci Cunha.

Nossos próximos passos

No momento, além de acompanhar o desarquivamento e a tramitação desses projetos, o CFEMEA tem feito um levantamento dos projetos arquivados de parlamentares não reeleitos. Muitos deles traziam importantes contribuições para conquista da equidade de gênero e já vinham sendo há tempos discutidos com o movimento de mulheres. Como esses projetos não podem ser desarquivados, pois seu autor já não está mais no Congresso, o próximo passo é articular com os atuais parlamentares para que essas idéias sejam aproveitadas na apresentação de novos projetos. ☒

Câmara cassa mandato de Talvane Albuquerque

A Câmara dos Deputados cassou o mandato do deputado Talvane Albuquerque (PTN-AL) por falta de decoro parlamentar, no dia 7 de abril. Em votação secreta, foram registrados 427 votos a favor da cassação, 29 contrários, 21 abstenções e 1 em branco. “Não queremos vingança, apenas justiça. Estamos orgulhosos da Casa de que Ceci participava”, declarou Cléia de Oliveira, irmã da deputada Ceci Cunha (PSDB-AL).

Com a cassação, Talvane Albuquerque perde a imunidade parlamentar e poderá ser julgado criminalmente como mandante da morte da deputada Ceci Cunha, conforme concluiu o inquérito da polícia alagoana. Além disso, Talvane perde os direitos políticos por oito anos, ficando proibido de se candidatar a cargos eletivos durante esse período.

O ex-deputado e três de seus assessores, acusados de serem os executores dos assassinatos, podem ser condenados a até 30 anos de prisão, visto que os crimes foram qualificados. “Acredi-



tamos que a Justiça, ao indiciar o cidadão Talvane Albuquerque, aplicará todas as penalidades em que ele tiver incurso”, disse Cléia de Oliveira.

A deputada foi morta a tiros por pistoleiros, em 16 de dezembro passado, na casa da irmã, Claudinete, em Maceió (AL). Na ocasião, também foram mortos o marido, Juvenal Cunha Silva, o cunhado, Iran Carlos Maranhão, e a mãe de Iran, Ítala Neide Maranhão Pureza.

Talvane não se reelegeu nas últimas eleições, mas, com a morte da deputada, teria direito a uma vaga na Câmara por ser o primeiro suplente. O deputado é acusado por outro homicídio em Alagoas e já responde a processo por corrupção e desvio de recursos do INSS. Além disso, o parlamentar estava endividado e, sem o mandato, sua situação se complicaria. ☒

“100 dias de impunidade 100 dias sem Ceci”

Cerca de 6 mil pessoas reivindicaram a punição dos culpados e homenagearam a deputada Ceci Cunha durante uma caminhada e um ato público realizados na tarde do dia 26 de março, em Arapiraca (AL), cidade onde a parlamentar desenvolveu sua atividade política. As manifestações, que tiveram como lema “100 dias de impunidade, 100 dias sem Ceci”, foram organizadas pela prefeita da cidade, Célia Rocha, e contaram com a participação da deputada federal Nair Lobo (PMDB-GO), das senadoras Heloísa Helena (PT-AL), Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL). ☒

Delegacia informa sobre direito ao aborto



Deputado estadual Luiz Carlos da Silva (PT-SP)

O governador Mário Covas sancionou (transformou em lei) o projeto de lei do então deputado estadual Luiz Carlos da Silva (PT-SP), o professor Luizinho (hoje, deputado federal), que obriga os servidores das delegacias de polícia a informar, às vítimas de estupro, sobre o direito ao aborto legal, caso fiquem grávidas. As delegacias deverão informar, também, no ato do registro policial, a relação dos hospitais públicos que realizam a interrupção da gravidez. O aborto, conforme o projeto, somente deverá ser realizado por médico e precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. No estado de São Paulo, existem 4 hospitais habilitados para realizar o aborto legal: Pérola Byngton, Municipal de Jabaquara e Hospital Ipiranga, na capital, e, em Campinas, a cirurgia é feita pelo Hospital de Clínicas da Unicamp. ☒



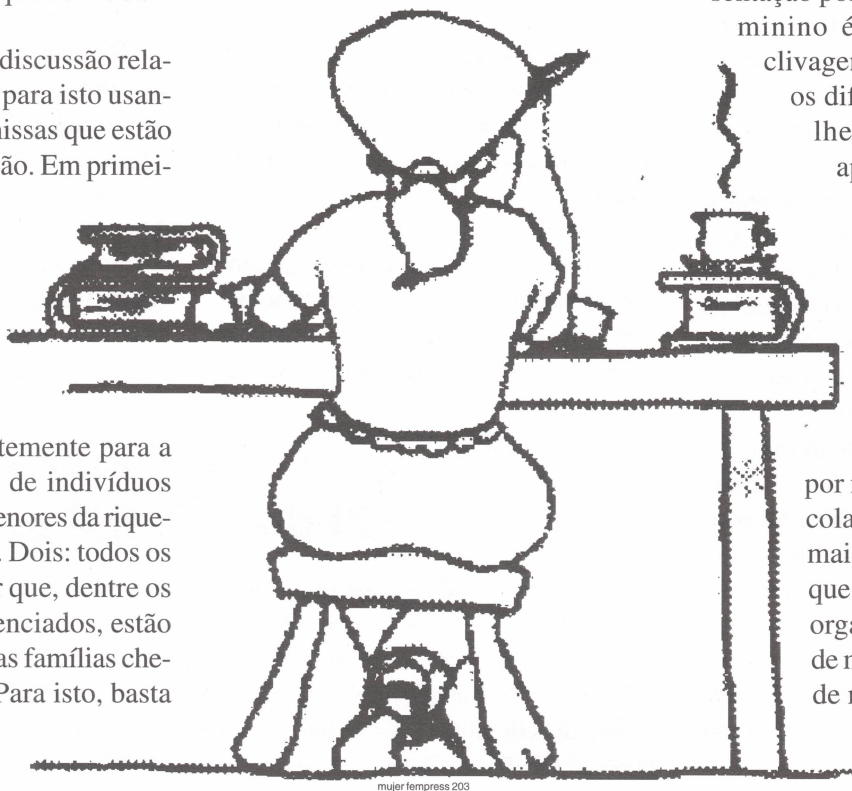
Reinventemos o Dia da Mulher

Lúcia Avelar

No apagar das luzes deste longo século XX, façamos um pequeno balanço das conquistas das mulheres na esfera do poder. Todos sabemos que muito foi feito, tal como vemos pelos dados fartamente divulgados pelas mídias nas últimas semanas em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Contudo, um sentimento de inquietação se aloja em nossa alma. Se avançamos, os desafios são agora ainda maiores, pois a responsabilidade já não é mais de legitimar o debate sobre a importância das mulheres na arena política, mas, efetivamente, conquistar o terreno adequado para que as mudanças sejam feitas.

Contextualizemos a discussão relativa à mulher e o poder, para isto usando um conjunto de premissas que estão na base de nossa discussão. Em primeiro lugar, jamais houve tamanho grau de concentração de riqueza no planeta como neste final do século XX. Em quase todos os continentes, a curva da redistribuição da renda pende fortemente para a esquerda, com milhões de indivíduos compartilhando fatias menores da riqueza produzida no planeta. Dois: todos os dados estão aí a mostrar que, dentre os segmentos mais negligenciados, estão aqueles constituídos pelas famílias chefiadas pelas mulheres. Para isto, basta ver os dados produzidos pelas Nações Unidas sobre o Índice de Desenvolvimento Humano calculado diferentemente para homens e mulheres. Três: as razões são amplamente sabidas: as mulheres ganham menos em condições idênticas de qualificação, a estrutura das oportunidades para o trabalho não é a mesma para ambos os sexos, as mulheres desempenham o seu trabalho dividindo-se entre a criação dos filhos e os cuidados com os mais velhos, responsabilidades estas imputadas às mulheres seja qual for o regime político que se observe. Quatro: não há, na maioria dos Estados nacionais, políticas sistemáticas voltadas às necessidades das mulheres como as políticas de saúde pública através das quais se ensinasse

medidas de higiene e prevenção de doenças, políticas de saúde reprodutiva, políticas de educação básica, educação sanitária, direitos de cidadania. Cinco: a representação das mulheres no poder é muito menor, seja nos canais numéricos – via sistema eleitoral –, seja nos canais corporativos de poder. Seis: dificilmente sem a presença das mulheres nestas instâncias do poder político serão implementadas políticas sociais que revertam a situação das mulheres. Sete, como conclusão, a diminuição da riqueza requer, entre outras coisas, a maior participação das mulheres na elite política, de modo que as referidas políticas sociais tornem-se uma realidade.



mujer fempress 203

Importante saber quais os canais mais favoráveis à ascensão das mulheres à elite política e como encontram-se as mulheres nestes diferentes canais. Será que todas as mulheres que ascendem ao poder defendem interesses identificados com as necessidades da maioria das mulheres de uma sociedade? Sabendo-se que essas necessidades são fundamentalmente de cunho social, as mulheres indistintamente têm privilegiado as necessárias políticas sociais? Sabemos que não. Ainda é grande o número de mulheres que apenas reafirmam a rede de relações da política oligárquica, seja tal expressão entendida nos seus mais variados significados. As oligar-

quias não são uma dimensão do passado: atravessando os séculos nos ombros da política tradicional, na qual a posição política tem perfeita correspondência com a posição social, os grupos oligárquicos se transfiguram a cada período, tal como vemos tanto nos grupos oligárquicos de base familiar quanto nos constituídos por interesses econômico-ocupacionais, as chamadas “famílias profissionais”. Temos de reconhecer que, diante dessa realidade, a ação política feminina com a emergência de identidades políticas autônomas é algo novo e não generalizável para as mulheres que estão em cargos do poder.

Se as mulheres avançaram na representação política e se o eleitorado feminino é muito expressivo, as clivagens de classe que separam os diferentes mundos das mulheres são profundas: há, aproximadamente, 16 milhões de eleitoras analfabetas hoje no Brasil. No outro extremo, tal como mostramos através de pesquisas, o segmento mais progressista da sociedade e do eleitorado brasileiro é constituído por mulheres de mais alta escolaridade e com ocupações mais altas. São dois extremos que só a política da sociedade organizada pode aproximar, de modo a incorporar milhões de mulheres aos direitos básicos de cidadania. Mas o que vemos é que, nem nos partidos, nem na representação política, as mulheres estão a buscar os interesses de cunho social voltados às mulheres.

Também nas burocracias públicas, nas entidades de representação profissional, no judiciário, nas associações de interesse, as mulheres ainda não são em grande número nas instâncias de poder. Nos altos escalões da administração estatal, nos ministérios, nas carreiras diplomáticas, nas empresas industriais ou financeiras, raramente encontramos as mulheres nos seus mais altos escalões. No Poder Judiciário, cuja estrutura é rígida e hierárquica, à imagem dos grupos oligárquicos, também as mulheres não estão presentes nos cargos de >

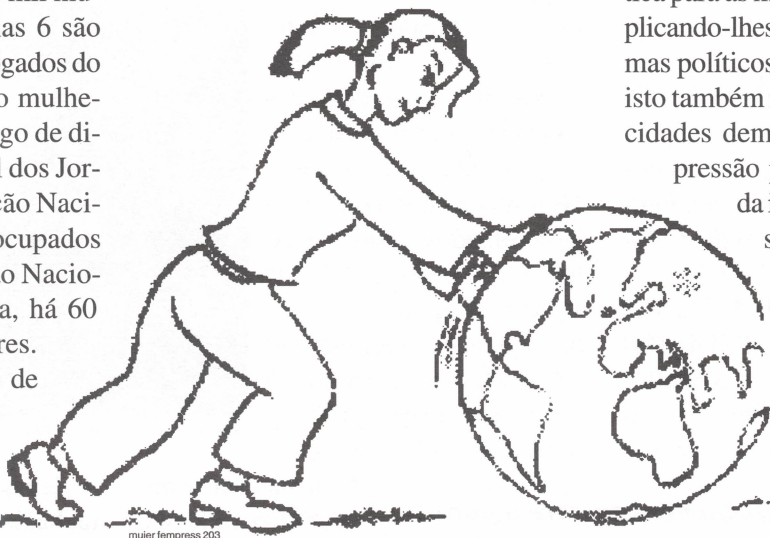


real poder. Se tomarmos as maiores empresas brasileiras, vemos que, nelas, apenas 3,4% dos cargos mais altos são ocupados por mulheres. A situação não é diferente na área sindical. No Sindicato dos Trabalhadores da Educação, com 600 mil associados e 360 mil mulheres, dos 17 diretores apenas 6 são mulheres. Na Ordem dos Advogados do Brasil, 52% dos membros são mulheres. Nenhuma delas ocupa cargo de direção. Na Federação Nacional dos Jornalistas, há 31 cargos na Direção Nacional, dos quais apenas 5 são ocupados por mulheres. Na Coordenação Nacional do Movimento Sem-Terra, há 60 diretores, apenas 5 são mulheres.

Argumentaríamos, a título de debate, que não é necessário que as lideranças em tais agências precisariam ser constituídas de mulheres para que as conquistas fossem levadas a bom termo. Mas, infelizmente, isto não é a verdade. As mulheres fazem diferença na política exatamente porque a política é o palco da defesa dos interesses dos segmentos ali representados e só elas defendem os temas relativos às políticas que lhes poderão beneficiar. A maior presença das mulheres na política é, pois, uma questão básica de cidadania, da histórica incorporação dos segmentos excluídos à arena política.

Sejamos, então, pragmáticas: como, no século que já se nos aproxima, poderemos reinventar novas frentes de articulação dos interesses femininos rumo a políticas efetivas? O que teríamos a sugerir como bandeira de luta e que nos

resgataria uma ponta de orgulho ao comemorarmos futuramente o Dia da Mulher? Se teremos de agir com racionalidade, pensemos em 1) formar lideranças especializadas na organização de interesses coletivos, uma tarefa que exige raci-



onalidade e trabalho especializado, cujas dimensões éticas e profissionais são cruciais para o futuro da representação política do país; 2) organizar frentes para a obtenção de recursos com o fim de financiar candidaturas femininas comprometidas com as causas sociais das mulheres e da população como um todo; 3) organizar a necessária visibilidade política das mulheres com a interação dos meios de comunicação de massa e a opinião pública; 4) criar bancos de dados que assessoram a defesa de temas que exigem transparência na coordenação das ações; 5) formular idéias-ação, ajudando a construir bandeiras para a organização política; 6) criar lobbies, uma ta-

refa organizacional que deverá ser feita com enorme transparência dos objetivos das ações, retirando do limbo esta expressão contaminada pelos que defendem interesses pouco transparentes; 7) finalmente, realizar cursos de formação política para as mulheres em todo o país, explicando-lhes a complexa relação dos temas políticos com o seu cotidiano, com isto também reforçando as nossas capacidades democráticas e melhorando a pressão popular sobre a qualidade da intervenção do Estado. Sem sombra de dúvida, mas é importante reafirmar um postulado da maior utilidade para todos nós: o Estado só irá melhorar a qualidade de sua ação quando melhorar a qualidade da organização política de nossa sociedade.

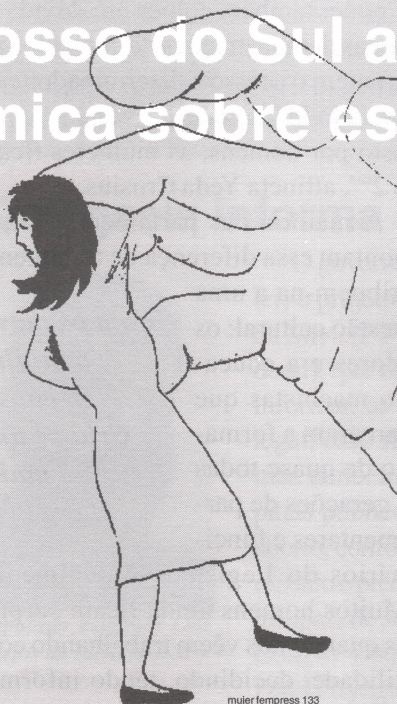
Reinventemos, pois, o Dia Internacional da Mulher. Não bastam as comemorações festivas. A tarefa que se nos apresenta é, agora, muito maior e que nos exigirá muito maior organização. É o amadurecimento das ações feministas na sociedade e na política, com práticas efetivas para a real incorporação de direitos de igualdade que não fiquem apenas no campo da retórica, mas nos mais diferentes canais do poder. ☒

Lúcia Avelar – doutora em Ciência Política, ex-professora da Unicamp e atualmente professora-titular de Ciência Política na Universidade de Brasília. Autora, entre outros, de O Segundo Eleitorado e Mulheres na Elite Política Brasileira.

Mato Grosso do Sul aprova lei polêmica sobre estupro

A recente aprovação da lei 1.949 pela Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul tem causado polêmica. A medida institui um programa no estado que concede um salário mínimo mensal para as crianças geradas a partir de estupro. As mulheres que assumirem o filho e o registrarem terão direito ao benefício até que a criança complete 21 anos.

O Fórum de Mulheres do Mato Grosso do Sul, por exemplo, já manifestou-se contrário a tal lei. Segundo Ana Maria Gomes, representante da entidade, o programa banaliza o estu-



pro e é mais uma violência contra a vítima, visto que a estimula a conviver com o fruto da violência sofrida. “A lei desvia a atenção do foco central que é a gravidade da violência e das seqüelas resultantes dela”, diz Ana Maria Gomes.

De acordo com o Fórum, ocorreu um aumento assustador do número de estupro na capital do estado no segundo semestre do ano passado e a lei em questão vai de encontro às reivindicações da população por mais segurança, punição dos culpados e assistência à saúde física e psíquica das vítimas. ☒



O poder da mulher no Legislativo

A experiência de cotas não obteve o sucesso esperado nas últimas eleições e o número de parlamentares mulheres no Congresso Nacional caiu de 42 para 33. Mas se enganou quem previa o enfraquecimento da atuação da bancada feminina. A nova legislatura se inicia com conquistas inéditas que representam avanços significativos na busca por uma maior equidade na distribuição do poder no Legislativo.

Nesse contexto, Emília Fernandes (PDT-RS) e Yeda Crusius (PSDB-RS) são os maiores destaques no Senado e na Câmara, respectivamente. A senadora é a primeira mulher a assumir a presidência de uma comissão em sua Casa e a deputada, a primeira a assumir a presidência da Comissão de Finanças e Tributação, cargo tradicionalmente ocupado por homens.

Outra grande conquista feminina é a Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara. Além de ser presidida pela deputada Maria Elvira



Deputada Federal Yeda Crusius (PSDB-RS)

(PMDB-MG), todas as três vice-presidências são ocupadas por mulheres (veja quadros anexos). “Termos a presidência de duas comissões é fruto de um esforço sobre-humano”, desabafa a deputada.

As dificuldades para se chegar lá são muitas e passam, principalmente, pela

pouca representatividade da bancada feminina e das próprias mulheres dentro dos partidos. “Ainda somos em número reduzido, mas notamos avanços”, diz Emília Fernandes. O segredo é a competência, garantem unanimemente as parlamentares. “É o mérito que nos leva a determinados postos”, analisa Yeda Crusius.

Mas as opiniões se dividem quando se fala em preconceito e discriminação. “O Congresso talvez seja o mais democrático dos poderes.

“Os homens só abrem portas para mulheres frágeis. Quando a mulher disputa com ele, a coisa complica. Ele não se sente à vontade”

Maria Elvira (PMDB-MG)

Aqui, não existe outro filtro que não seja o da competência”, defende Mozart Vianna, há oito anos secretário-geral da Mesa Diretora da Câmara.

As parlamentares agradecem o elogio, mas muitas delas acreditam que há outros fatores a interferir na atuação da bancada feminina. “Não sentimos discriminação, mas percebemos que o esforço das mulheres tem que ser redobrado”, observa Emília Fernandes. A deputada Maria Elvira concorda. “A fiscalização do desempenho das mulheres é dobrada e, muitas vezes, cruel”, afirma.

A inegável desigualdade de distribuição de homens e mulheres nas escalas de poder também coloca em dúvida se apenas demonstrações de competência garantem o acesso a determinados cargos. “No Planalto, o 1º escalão é composto por homens, as mulheres ficam no 2º”, alfineta Yeda Crusius.

A maioria das parlamentares que apontam essa diferença de tratamento atribuem-na a uma questão cultural: os valores e a educação machistas que marcaram a formação de quase todas as gerações de parlamentares e funcionários do Legislativo atualmente. “Muitos homens ainda ficam surpresos quando nos vêem trabalhando com agilidade, decidindo, tendo informação”, diz Maria Elvira.



Senadora Emília Fernandes (PDT-RS)

E essa herança cultural se manifesta, basicamente, em dois tipos de situação: homens com dificuldade em receber o comando de uma mulher, e ela, por sua vez, tímida para assumir determinados cargos ou defender certas posições. “Tivemos uma educação machista e, agora, estamos contrariando o que foi acertado no contexto social”, analisa Maria Elvira. “Mas não fomos estimuladas a enfrentar situações em que temos que ser agressivas, em que temos que nos impor. Essas situações não são confortáveis para a maioria das mulheres”, completa.

Além disso, a predominância masculina no Legislativo Federal também chama a atenção da deputada Yeda Crusius. “Mas, pelo menos a nível estadual e municipal já avançamos muito”, diz, referindo-se ao crescente número de mulheres eleitas para os legislativos locais. “Os cargos eletivos federais requerem um afastamento maior das mulheres de suas outras atividades. E isso ainda é um empecilho à carreira política”, explica Emília Fernandes.

Mas, apesar das dificuldades, verifica-se, ao longo dos últimos anos, a presença crescente de mulheres no Legislativo Federal. Esse aumento de representatividade é consequência principalmente das transformações que o papel social da mulher vem sofrendo, o que tem permitido uma maior e mais efetiva atuação feminina na sociedade. “O Congresso é um espelho do momento que a sociedade vive”, analisa Mozart Vianna. >

“Com os movimentos feministas, a mulher vem sendo conscientizada.

Cria-se um conceito social mais coletivo”

Maria Elvira (PMDB-MG)



Segundo ele, a liderança de bancadas, a presidência de comissões e a relatoria de matérias são algumas das maiores conquistas das parlamentares no Congresso. "Hoje, proporcionalmente, as mulheres presidem mais Comissões do que os homens", diz, referindo-se ao fato de as parlamentares estarem à frente de duas das dezesseis Comissões permanentes, embora representem menos de 6% da Câmara dos Deputados.

Nesse contexto, Mozart Vianna destaca o trabalho de deputadas como Luiza Erundina (PSB-SP), que já no primeiro ano de mandato se tornou líder de bloco PSB-PC do B, e Yeda Crusius (PSDB-RS), que já foi ministra do Planejamento, relatora da emenda constitucional do Fundo de Estabilização Fiscal e agora assume a presidência da Comissão de Finanças, "uma das mais importantes". Em posição semelhante, também encontra-se a senadora Marina Silva (PT-AC), líder do bloco de oposição no Senado.

"A Marta Suplicy também foi extremamente corajosa ao tratar de temas como aborto e parceria civil", lembra o secretário-geral. Ele destaca que, apesar do bom-trato e da delicadeza, as mulheres não abdicam de suas convicções políticas e ideológicas, são combativas e nem um pouco tímidas. "Quando chega aqui, a mulher já tem uma experiência de combate que a habilita a enfrentar qualquer situação", defende.

Além disso, também merece destaque o fortalecimento da bancada feminina, que tem procurado estabelecer uma pauta comum e independente de si-



Deputada Federal Maria Elvira (PMDB-MG)

glas partidárias. "Elas têm um elemento de coesão e estão sempre atentas a temas de interesse da mulher", diz o secretário-geral. No Senado não existe nenhuma mulher na vice-liderança dos partidos e na Câmara apenas três partidos têm mulheres como vice-líderes. O PT conta com a deputada Telma de Souza, o PMDB com as deputadas Maria Lúcia e Tetê Bezerra e o PSDB com Fátima Pelaes e Lúcia Vânia.

Violência, desemprego e a valorização da mulher são algumas das maiores preocupações da bancada feminina, segundo a senadora Emília Fernandes. "As mulheres e os jovens têm sido os mais atingidos pelo desemprego", observa.

A crescente participação das mulheres nos mais variados setores da sociedade está sendo responsável por reverter gradativamente a concentração das parlamentares em trabalhos sobre questões sociais. Isso porque, em geral, a atuação parlamentar está vinculada à formação anterior à carreira política. "Fui indicada para a presidência da Comissão de Finanças e Tributação porque a área econômica é minha especialidade", diz a deputada Yeda Crusius.

Mas o interesse e o esforço de algumas parlamentares também pode contribuir para uma atuação mais ampla da bancada feminina. "Temos sensibilidade para o social, mas só isso não é suficiente. Precisamos buscar as causas dos problemas nessa área, como a econômica, por exemplo", observa Emília Fernandes.

A busca pela valorização do papel da mulher na sociedade é uma constante para a bancada feminina, afirma Mozart Vianna. "É uma linha de atuação política, mas isso não está atrelado à apresentação de projetos. Elas não vieram para defender só as mulheres, mas para trabalhar em favor da sociedade em geral", analisa. ☒

"É preciso olhar a questão de gênero como questão de direitos humanos"

Emília Fernandes (PDT-RS)

A deputada Luiza Erundina (PSB-SP) é líder do bloco PSB-PC do B na Câmara dos Deputados e a senadora Marina Silva (PT-AC) é líder da bancada de oposição no Senado Federal.

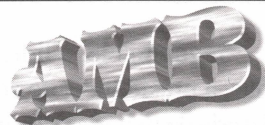
Senadora	Comissão		
	Educação	Assuntos Sociais	Serviços de Infraestrutura
Emília Fernandes (PDT-RS)			presidente
Heloísa Helena (PT-AL)		vice-presidente	
Luzia Toledo (PSDB-ES)	vice-presidente		

(*) A mesa da Comissão de Educação, Cultura e Desporto é composta exclusivamente por mulheres.

Deputada	Comissão			
	Amazônia e Desenvolvimento Regional	Educação, Cultura e Desporto*	Seguridade Social e Família	Finanças e Tributação
Celcita Pinheiro (PFL-MT)		3ª vice-presidente		
Elcione Barbalho (PMDB-PA)	2ª vice-presidente			
Laura Carneiro (PFL-RJ)			2ª vice-presidente	
Maria Elvira (PMDB-MG)		presidente		
Marisa Serrano (PSDB-MS)		2ª vice-presidente		
Nice Lobão (PFL-MA)		1ª vice-presidente		
Yeda Crusius (PSDB-RS)				presidente



Comitê preparatório discute Beijing+5 nas Nações Unidas



O Comitê Preparatório (PrepCom) da Conferência Beijing+5 reuniu-se de 15 a 19 de março, em Nova Iorque. Wania Santana, da FASE, foi até lá e, enquanto representante dessa organização não governamental, e com o interesse de uma integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras, acompanhou os trabalhos realizados e nos trouxe várias notícias. Na pauta, estavam os preparativos para a Conferência “Mulheres 2000, igualdade de gênero, desenvolvimento e paz no século XXI” – ou simplesmente, Beijing+5.

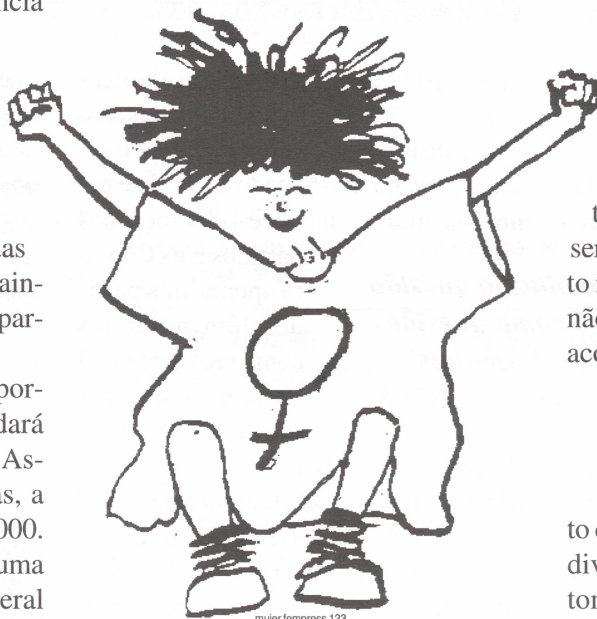
Três questões da maior importância foram debatidas: em que medida se respeitará a Plataforma de Ação Mundial - PAM aprovada na China, sem qualquer renegociação dos acordos existentes; o conteúdo e a metodologia que será adotada durante a Conferência para a revisão das 12 áreas críticas citadas na PAM; e ainda, quem poderá se credenciar para participar de Beijing+5.

Para quem ainda não sabe, é importante informar que Beijing+5 se dará através de uma Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, a ser realizada em 5 e 9 de Junho de 2000. Em princípio, o estabelecimento de uma Sessão Especial da Assembleia Geral dá ao processo de avaliação a relevância política esperada/necessitada à implementação da Plataforma de Ação, ou seja, uma reunião de alto nível. No tocante a participação de organizações da sociedade civil, o que se tem como procedimento regular é que não existe regra de participação dessas organizações na Assembleia Geral.

Assim, se por um lado a Sessão Especial da Assembleia Geral como evento é de alto nível, na prática restringe, dado os procedimentos acordados de participação da Assembleia Geral, a participação mais ampla da sociedade civil. Para contornar e adaptar-se à realidade, recorre-se à uma formulação que sublinha o caráter excepcional da Sessão a fim de ampliar o escopo dos possíveis participantes, ou seja a elaboração de uma regra que só valerá para esta Sessão Especial da Assembleia Geral.

A recomendação do PrepCom de Nova Iorque, reconhece a importân-

cia da participação da sociedade civil em Beijing+5, mas muito sucintamente, define que só poderão participar da Assembleia Geral: as ONGs que se credenciaram para participar da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (oficial), e aquelas com status consultivo junto às Nações Unidas. No Brasil, até onde estamos informadas, apenas duas organizações têm este status consultivo: o Instituto de Ação Cultural - IDAC e o IBASE. O processo de obtenção desta qualificação é lento e exige um conjunto razoável de documento e perfil.



O PrepCom também resolveu encorajar “os Estados Membros a incluir os atores pertinentes da sociedade civil, especialmente ONGs e representantes das organizações de mulheres nos processos preparatórios nacionais como também nas suas delegações”.

O conteúdo a ser apreciado na Conferência Beijing+5

As ONGs presentes ao PrepCom foram enfáticas em afirmar que o conteúdo a ser apreciado durante a Conferência: 1) tivesse por base as 12 áreas críticas citadas na Plataforma de Ação; 2) atendimento à metodologia sugerida para essa apreciação; 3) considerasse estratégias para identificação de questões emergentes; 4) apresentação de indicadores precisos de alcance das metas estabelecidas na Plataforma de Ação.

O PrepCom decidiu manter uma linha de revisão da Plataforma de Ação que, mesmo considerando questões emergentes e “temas/questões setoriais entrelaçadas”, não desse margem a revisão do texto existente. Estas chamadas “questões emergentes” deverão ser suscitadas nos encontros regionais - no nosso caso, o Latino-americano e do Caribe - para a apreciação da Plataforma de Ação. Estas questões têm que ser bem recentes, de modo que por este motivo, não tenham sido analisadas à época de elaboração da Plataforma de Ação, em 1995.

O respeito à Plataforma de Ação, aprovada na China

A decisão do PrepCom, a este respeito foi, textualmente, a seguinte: “Reafirma que a Seção Especial será empreendida com base no completo respeito à Plataforma de Ação e que não haverá nenhuma renegociação dos acordos existentes.

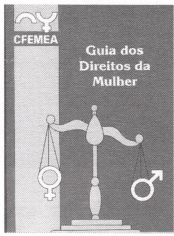
O que temos pela frente

Enquanto organizações do movimento de mulheres, é importante conhecer e divulgar as recomendações e decisões tomadas até agora. Também é importante conhecermos e digerirmos os documentos que estão servindo de base às discussões preparatórias da Conferência, disponíveis na internet, mas uma boa parte deles está em inglês e alguns estão também em espanhol.

É fundamental ampliar os espaços de interlocução e debate com o governo brasileiro para que se possa interferir na elaboração do relatório oficial que o Brasil apresentará à Conferência, fazendo valer as nossas avaliações.

Como já foi divulgado anteriormente nesta página, a Articulação de Mulheres Brasileiras está concluindo um diagnóstico sobre os resultados obtidos desde 1995, com relação às políticas públicas de gênero e para as mulheres. Este fato despertou especial interesse das ONGs que participaram do PrepCom, uma vez que se planeja fazer um “relatório sombra” das organizações de mulheres para Beijing+5. ☒





Sou cidadã, conheço meus direitos

Direitos da Mulher Trabalhadora - Local de Trabalho

O local de trabalho da empregada é aquele determinado pelo empregador e aceito pela empregada por ocasião da assinatura do contrato, podendo ser alterado de comum acordo. O local de trabalho deve garantir perfeita segurança a todas as trabalhadoras, boa iluminação e temperatura adequada.

Locais insalubres ou perigosos

São aqueles que, por sua natureza, podem provocar algum dano à empregada:

· *insalubre* - pode causar doenças: locais sujeitos a excesso de calor, frio, poeira, ruídos, etc.

· *perigoso* - podem levar a acidentes: trabalhar com explosivos, inflamáveis, eletricidade, etc.

Até a Constituição de 1988 era proibido às mulheres trabalharem em locais insalubres ou perigosos. Hoje essa proibição não existe mais. *Continua proibida a atividade das mulheres em minas subterrâneas.* O trabalho insalubre e perigoso deverá ser comprovado por pessoa indicada pela DRT (em Laudo Pericial).

Material de proteção

O empregador deve fornecer, *gratuitamente*, o material necessário à proteção da trabalhadora, quando o local de trabalho for insalubre ou perigoso.

A empregada deve observar as normas sobre segurança e higiene do trabalho e usar o material de proteção fornecido pelo empregador, *podendo ser demitida por justa causa* se desobedecer essas normas.

A segurança e higiene do trabalho são essenciais para a prevenção de acidentes e na defesa da saúde de toda trabalhadora

Proteção à maternidade

Não é permitido em nenhum regulamento de empresa, convenção coletiva ou contrato individual de trabalho, qualquer restrição ao direito da mulher ao emprego por motivo de casamento ou gravidez.

Garantia de emprego à mulher grávida

A empregada não pode ser despedida desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

É aconselhável que, quando for confirmada a gravidez, por exame de laboratório, a empregada apresente ao empregador o comprovante do exame e exija recibo de entrega

A empregada, se desejar, pode pedir demissão do emprego e pode ser demitida por justa causa, mesmo

grávida ou no período de licença-gestante.

Se o contrato for por prazo determinado, o empregador não tem obrigação de permanecer com a empregada, quando terminar o prazo do contrato.

Licença-gestante ou licença-maternidade

A empregada tem direito a 120 dias de licença-gestante, com pagamento de seu salário. Durante o período da licença-gestante, a empregada recebe a sua remuneração em forma de salário maternidade.

As empregadas urbanas e rurais recebem o salário maternidade diretamente do empregador. Depois o empregador recebe este valor da Previdência Social. A empregada doméstica, a avulsa e a produtora rural têm o salário maternidade pagos diretamente pelo INSS.

Licença paternidade

O trabalhador tem direito a 5 dias de licença paternidade, contados a partir do dia que apresenta ao empregador a declaração de nascimento do seu filho.

Aborto

Em caso de aborto a mulher tem direito a duas semanas de repouso, recebendo seu salário normalmente durante este período.

Amamentação

A mulher tem direito a dois descansos especiais, de meia hora cada, durante sua jornada de trabalho, para amamentar seu filho até 6 meses de idade. Esse período pode ser ampliado se a saúde da criança assim o exigir, mediante atestado médico.

Espaços para Amamentação - nos estabelecimentos onde trabalham pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos deve haver, no local do trabalho, um espaço apropriado para os seus filhos, durante o período de amamentação.

Creche e pré-escola

A Constituição determina que é um direito do trabalhador urbano e rural a *"assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas"*.

Para que o empregador seja obrigado a cumprir este direito é preciso regulamentá-lo em lei ordinária ou assegurá-lo nos contratos coletivos de trabalho.

Os conjuntos residenciais financiados pelo SFH deverão, prioritariamente, construir creches e pré-escolas.



Pesquisa em AIDS

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (campus de Ribeirão Preto) abriu as inscrições para a seleção de alunos interessados em cursar a disciplina *Metodologias de pesquisa em AIDS*, que será ministrada de 09/04 a 03/07. A disciplina, que conta com o apoio da World AIDS Foundation (WAF), é destinada a pós-graduandos e profissionais de serviços envolvidos com pesquisa na área de DST/AIDS e uso de drogas. As aulas serão ministradas a cada 15 dias, às sextas-feiras e sábados das 10h às 12h e das 14h às 18h. Informações pela home page <http://www.ffclrp.usp.br>, pelo e-mail rcdsilva@usp.br ou pelo telefone (016) 602-3724.



CUT e salário-maternidade

A Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT está distribuindo cartões postais de protesto contra a portaria nº 4.883 do Ministério da Previdência Social que estabelece o teto de R\$ 1.200,00 para o pagamento do salário-maternidade. A portaria não menciona a quem caberia o ônus de pagar o restante, nos casos das trabalhadoras que recebam salários superiores a este valor.

Na opinião do Movimento de Mulheres o benefício do salário-maternidade que consta no inciso XVIII do artigo 7º da Constituição foi violado, com a implementação da portaria. A Constituição garante que a trabalhadora terá direito à licença gestante de 120 dias sem prejuízo do emprego e do salário.

Os postais estão sendo enviados para as CUT Estaduais e Confederações filiadas à CUT. O objetivo é mandar uma grande remessa para o Ministério da Previdência demonstrando o descontentamento da entidade com essa medida considerada inconstitucional.

Simone de Beauvoir

O Instituto Interdisciplinar de Estudos de Gênero da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires promoverá jornadas em homenagem a Simone de Beauvoir no cinquentenário de publicação da primeira edi-

ção da obra *O Segundo Sexo*. O evento será nos dias 5 e 6 de agosto em Buenos Aires. Informações e inscrições no Instituto Interdisciplinar de Estudos de Gênero pelo e-mail iiege@filo.uba.ar.

Gestão Pública e Cidadania

O programa *Gestão Pública e Cidadania*, iniciativa das fundações Getúlio Vargas e Ford, com o apoio do BNDES, está iniciando seu Ciclo de Premiação 1999.

Os prêmios são destinados a projetos, programas ou atividades mantidos há pelo

menos um ano por instituições públicas governamentais de níveis estadual e municipal e organizações dos povos indígenas. Os cinco destaques selecionados receberão R\$ 10 mil como prêmio e os demais 15 finalistas, R\$ 3 mil. As inscrições devem ser feitas até o dia 22 de abril. Mais informações pelo telefone (011) 281-7904 / 281-7905 ou no site <http://www.inovando.fgvsp.br>.

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602 - Ed. Venâncio 3000
70718-900 - Brasília-DF - Brasil

Fêmea

IMPRESSO

